



CENTRO UNIVERSITÁRIO FAMETRO
PSICOLOGIA

ISABEL CRISTINA FORTE

**AS CONSTRUÇÕES SÓCIO-CULTURAIS DAS MASCULINIDADES E SEUS
IMPACTOS NAS RELAÇÕES SOCIAIS DE GÊNERO**

FORTAEZA

2020

ISABEL CRISTINA FORTE

AS CONSTRUÇÕES SÓCIO-CULTURAIS DAS MASCULINIDADES E SEUS
IMPACTOS NAS RELAÇÕES SOCIAIS DE GÊNERO

Monografia apresentada como requisito para a obtenção do grau de bacharel em Psicologia pelo Centro Universitário Fametro – UNIFAMETRO – como requisito parcial para aprovação na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso II.

Orientador Prof. M.e. Lorena Brito da Silva

FORTALEZA

2020

ISABEL CRISTINA FORTE

AS CONSTRUÇÕES SÓCIO-CULTURAIS DAS MASCULINIDADES E SEUS
IMPACTOS NAS RELAÇÕES SOCIAIS DE GÊNERO

Esta monografia apresentada no dia 14 de dezembro de 2020 como requisito para a obtenção do grau de bacharel em Psicologia pelo Centro Universitário Fametro – UNIFAMETRO – tendo sido aprovado pela banca examinadora composta pelos professores abaixo:

BANCA EXAMINADORA

Prof. Ms. Lorena Brito da Silva
Orientadora – Centro Universitário Fametro

Prof.^a Dr.^a Zelfa de Souza Feitosa
Membro – Centro Universitário Fametro

Prof. Ms. Vinício Brígido Santiago Abreu
Doutorando em psicologia da Universidade federal de Minas Gerais (UFMG)

FORTALEZA

2020

**Aos movimentos de EcoSol,
Feministas e Negro que colaboram em eu
ser o que sou! A minha mãe Maria e meu
pai Francisco que ousaram me por no
mundo e com o amor que tinham, fizeram
o seu melhor por nós filhas e filhos.**

Agradecimentos

Agradecida a Vida que muito me tem dado. Nesse período de enfrentamento da pandemia, restou-nos resistir ou sucumbir. E graças a minha família (irmãos/ãos, tios/as, sobrinhas/os e primas/as), que torceu por mim, me incentivou, consegui produzir e dar o meu melhor nesse momento. O apoio, incentivo, o sofrer junto quando tudo parecia não dar certo. A multidão de amigas e amigos queridos/as de perto e de longe que incentivaram, torceram, se ofereceram para ajudar de alguma forma, pelo desejo de me ver dando um novo passo na ciranda do viver, em especial Jean (inspiração), Eugina, Roberta, Rose e Camila. Agradeço aos amigos e amigas da Cáritas (trabalho – em especial Ana Maria, Rochelle, Paulo José, Reginha e Glorinha) e da ESPAC que deram todo o suporte possível e acreditaram que daria certo. Meus amigos e amigas brotadas nesse curso que se eternizam em mim nos trabalhos coletivos, nas conversas dos intervalos de aula, nos bate-papos informais, nos encontros celebrativos em especial Davi, Lívia, Raquel, Luciana, Felipe, Sully, Rafael, Ysmael, Nábia, Raiane, Ruth, Jenyffer, Renato e a querida Débora Macedo e seu esposo Rafael por tanto amor e atenção, além da insistência e incentivo, revisaram o que eu havia produzido inicialmente e a querida Jannayna que se dedicou na revisão geral. Aos colegas queridos que atravessaram comigo esse semestre e foram suporte no estágio e TCC: Tavares, Nara, Clara Giane, Cristiane e Vanessa. A minha querida, incentivadora e determinada orientadora, prof. Lorena Brito, que sem ela suspeito que não teria conseguido, pois sua acolhida, paciência e capacidade crítica foram meu grande suporte, afinal quando eu pensava que já não podia ir mais além, já havia dado muitas voltas. Agradeço em especial ao quatrilho desses dias de travessia, principalmente nas noites, que tem refeito meu sentido de viver que é minha mãe, que sofre e se alegra junto comigo em todo o momento, meu pai que tem me feito atravessar madrugadas com ele e aprender no silêncio da noite, nas faltas de ar e na volta do ar o sentido sagrado da Vida, minha irmã Aninha que fez de tudo para que eu desse conta e tivesse tempo e ainda, fez revisão do texto e Sandrinha nossa irmã do coração. E, ainda, ao Deus da vida, que supera todo entendimento humano e alumiu meus caminhos para que eu chegasse até aqui!

RESUMO

O presente trabalho dedicou-se ao estudo das construções socioculturais das masculinidades e seus impactos nas relações sociais de gênero. É um debruçar sobre a realidade das masculinidades e aprofundar nas leituras, o preço que a sociedade tem pago diante do impacto de um sistema hegemônico de verdades ditadas, sobrepondo o ser humano e suas subjetividades, causando sofrimentos psíquicos, violentando pessoas que se negam a se encaixar em suas normas e regras. Para isso foi realizada uma revisão literária que tratou de conceitos como construções históricas das masculinidades e feminilidades, sexo/gênero, privilégios das desigualdades de gênero, interseccionalidades e sofrimento psíquico. Essa forma de poder o patriarcal, sendo o que se diz ordenar, com suas ideias inquestionáveis e certezas absolutas, dotado de leis, regras e normas que causa muitas vezes violência física mas, muito mais simbólica que deixam marcas nas vidas, faz do movimento feminista ser um contradispositivo e furar essa bolha, convidando-nos a reflexão e percepção de mudanças em nossas práticas cotidianas. E, ao longo dessas décadas vem sendo base para também convocar as masculinidades a refazer seus caminhos e não se manter estáticos, tomados pelo sofrimento psíquico, violentando e sendo violentado, mas, transver possibilidades na reconstrução dos gênero.

Palavras-chave: masculinidades, sofrimento psíquico e feminismos.

Sumário

1. INTRODUÇÃO	7
2. PERCURSO METODOLÓGICO	10
3. CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DAS MASCULINIDADES TRADICIONAIS	13
3.1 Da década de 1960 a 1970	13
3.2. Da década de 1980 aos 2000	16
4. CONCEITUAÇÃO DE SEXO/GÊNERO, MASCULINIDADES E INTERSECCIONALIDADES: ABORDAGENS E CO-RELACIONAMENTOS	19
4.1. De início: sexo e gênero não dizem sobre a mesma coisa.	19
4.2. Masculinidades como categoria de estudo	22
4.3. Interseccionalizando a análise das masculinidades	23
5. OS EFEITOS DAS MASCULINIDADES TRADICIONAIS NA EXPERIÊNCIA DAS MULHERES – E DOS PRÓPRIOS HOMENS	27
5.1. Sobre os privilégios que a desigualdade das relações de gênero produzem	27
5.2. E sobre os sofrimentos que os próprios homens estão expostos diante do exercício desta masculinidade	29
6. CONTRIBUIÇÃO DAS DISCUSSÕES FEMINISTAS NA RESSIGNIFICAÇÃO DAS NOVAS MASCULINIDADES	33
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
REFERÊNCIAS	42

1. INTRODUÇÃO

Olhando para as relações afetivas e sociais de gênero nas quais estamos imersas, é perceptível o quanto a masculinidade hegemônica ainda tem um domínio profundo das subjetividades e de como atravessa o cotidiano da vida das pessoas, sejam elas cis ou trans. Porém, também dizer, a partir do meu cotidiano que há pouca discussão sobre o significado e constituição de masculinidades entre as relações vivenciadas.

Nessa perspectiva de masculinidade hegemônica, Hooks (2019) afirma que simbolicamente a representação dessa é vivenciada através da estrutura de poder que se instaurou a partir da visão de uma classe média-alta, de homens branco, heterossexual, que não condiz com a realidade de uma população periférica, pobre, negra, LGBTQIA+ por exemplo. Para si pensar no mesmo status que essa estrutura se impõe, os da mesma condição social, econômica e política se violentam, se oprimem e se matam. Muitos, a maioria homens, por não perceber que podem reconstruir novos processos, novas formas de viver as masculinidades que os ajudem a olhar e a sentir as possibilidades de relações que virão a surgir. E a repetição da estrutura condiz com a mesma estrutura de poder opressor, excludente e desumano.

Na prática, especialmente na periferia das grandes cidades, a estrutura de poder se repete de forma micro e localizada. A maioria são homens que cometem entre outros crimes, inúmeros feminicídios, homofobias e racismos. O adoecimento não é somente externo à pessoa que comete nas relações propriamente, é muitas vezes interno e traz consigo inúmeros sofrimentos psíquicos (HOOKS, 2019).

Trago como base para a pesquisa, uma matriz feminista decolonial de gênero com foco em homens e masculinidades, entendendo ser preciso evidenciar sentir-me implicada, pois como diz Batista (2018), uma vez que a pesquisa aqui traçada não é neutra. Reforça-nos o que nos diz Souza (2009) sobre as contribuições das leituras feministas como primordiais para o desenvolvimento do campo de estudos sobre as masculinidades. Estudos com base em pesquisadores e pesquisadoras ligados a chamada “terceira geração”, de acordo com Beiras (2012) que tem pensado o estudo de gênero dialogando com a psicologia, com temáticas que envolvem as masculinidades e pouco ou não foram debatidas na geração anterior.

Hoje é muito grave o quanto cresce de miséria e também da intolerância/ódio no Brasil, diante da terrível desigualdade social e, ainda, na situação atual pandêmica de COVID-19 que atravessamos, tem disparado a violência pela qual as mulheres constantemente são acometidas. De acordo com o site do SOS Corpo, em uma matéria do CFEMEA¹, devido ao confinamento social por conta da pandemia que acontece no mundo todo, a violência doméstica contra as mulheres teve tanto um agravamento quanto o aumento.

Vários amigos e amigas trans inclusive chegam a me relatar do medo que se agravou nesses tempos de pandemia por COVID-19 de transitarem pela cidade de Fortaleza. De acordo com a revista eletrônica Carta Capital², uma pesquisa com bases nos dados do Sistema Único de Saúde – SUS, a cada uma hora um LGBT é agredido no Brasil. E de todas, mais da metade dela são acometidas em pessoas negras. E a maioria das agressões são físicas (75%). As populações mais atingidas são transexuais ou travestis (46%), lésbicas (32%) e gays (25%). E em todos os casos o provável autor é do sexo masculino.

Dentre as várias masculinidades, existiriam as masculinidades subordinadas e a masculinidade hegemônica, esta seria um consenso vivido e as outras existiriam como efeitos perversos desta (SANTOS, 2009). Ou seja, a hegemônica é um modelo ideal, que não sendo atingida exerce um poder controlador sobre homens e mulheres, por sua vez subordinando-os (CONNEL, 2012).

O uso da categoria gênero explicita a assimetria existente nas maneiras de conhecer e aprender o real e na forma como homens e mulheres se constroem, se representam e estabelecem suas relações no interior da sociedade (SANTOS, 2009). Nesse caso, o foco serão os homens e suas práticas de masculinidades, para perceber se há impactos causados por essas práticas na sociedade e se causa sofrimento psíquico nos homens (SANTOS, 2009). Assim, nessa abordagem será necessária a compreensão dos diversos significados atribuídos pelos sujeitos, no caso os homens, a esta experiência de vida, situando essa discussão das desigualdades nas relações sociais de gênero.

¹ INSTITUTO FEMINISTA PARA A DEMOCRACIA. SOS Corpo em 20 de abril de 2020. Violência doméstica e os precipícios do machismo. Disponível em: <<https://soscorpo.org/violencia-domestica-e-os-precipicios-do-machismo/>>. Acesso em: 12 jun. 2020.

² <https://www.cartacapital.com.br/diversidade/um-lgbt-e-agredido-no-brasil-a-cada-hora-revelam-dados-do-sus/> Acesso em 30 de Out de 2020.

Já o sofrimento psíquico – traduzido na dificuldade em operar planos, em definir o sentido da vida e no sentimento de impotência e vazio – prejudica o gozo das capacidades mentais plenas, incapacitando homens e mulheres a interagir na sociedade e, em casos extremos, levam esses indivíduos à perda de sua condição de cidadãos (SANTOS, 2009). Porém, vamos nos deter nas relações masculinas cotidianas não extremas, mas que causam prejuízos sociais. Neste sentido, Tiburi (2019) nos fala sobre a forma de poder patriarcal, que por ter ideias prontas, inquestionáveis, de certezas naturalizadas, de dogmas e leis que não podem ser questionadas, de muita violência simbólica e física, de muito sofrimento e culpa, faz do feminismo um contra dispositivo que fura essa bolha.

Todas essas questões mais recentes e outras anteriores que me constituem, me questionam, principalmente após o início do curso de Psicologia, que é a reflexão sobre as masculinidades na contemporaneidade, observando no meu cotidiano as diversas relações vivenciadas por homens-homens, homens-mulheres, mulheres-mulheres. Portanto, a escolha do tema se deu a partir desse lugar, causando ânimo e vontade de aprofundar essas indagações, a fim de buscar a compreensão dessa realidade para uma melhor aplicabilidade na prática da clínica e da vida social crítica, produzindo novos olhares e compreensões nas relações de gênero.

A situação problema quer saber se mesmo com o surgimento de novas masculinidades, existe uma masculinidade hegemônica? Há privilégios nesses ou nesse lugar que o masculino ocupa? Há sofrimentos gerados aos homens e as relações sociais de gênero vivenciadas?

Esse trabalho tem como Objetivo Geral: Analisar a emergência das masculinidades a partir das relações contemporâneas de gênero. Os objetivos específicos são: Entender historicamente a construção das masculinidades tradicionais; problematizar os efeitos dessas masculinidades na experiência tanto dos privilégios quanto dos sofrimentos causados nos próprios homens; compreender como as discussões feministas contribuem para a ressignificação dessas novas masculinidades.

2. PERCURSO METODOLÓGICO

Na feitura desse TCC, optou-se pela revisão narrativa de literatura, devido sua maleabilidade, sem, contudo, fragilizar a pesquisa, isto é, sem tratá-la de forma superficial. A pesquisa é de cunho exploratória, ou seja, há uma busca de familiarizar-se com o assunto, pois o aprendizado deste tema, antes de pesquisá-lo, deu-se muito mais de forma empírica, do que pesquisa bibliográfica.

A abordagem definida foi a pesquisa qualitativa. De acordo com Rother (2007), o estudo qualitativo de revisão narrativa é uma das categorias metodológicas. Ela se constitui da análise de literatura publicada em livros, artigos que sejam impressos ou eletrônicos e também da análise crítica pessoal do/a autor/a. É um formato mais livre, no sentido de sua amplitude, próprias para descrever e discutir o desenvolvimento de um determinado assunto, em bases teóricas ou contextuais, com maior liberdade estrutural. Seu papel implica na educação continuada, pois, faz com que o/a leitor/a se aproprie de novos conhecimentos ou atualize-os sobre uma temática específica, no caso em pouco espaço de tempo.

Rother (2007) considera que essa abordagem não possui uma metodologia específica que permita reprodução de dados e nem respostas quantitativas para questões específicas. Porém, não há intuito de coletar números e nem experimentos, por isso, considerando artigos de revisão narrativa e de forma qualitativa, em uma perspectiva mais subjetiva, buscando compreender e interpretar o fenômeno, os sentimentos e percepções vivenciadas. Sua estrutura é formada por: Introdução, Desenvolvimento, Comentários e Referências. E, como citado anteriormente, foi acrescido o item específico do percurso metodológico.

A revisão bibliográfica sobre as masculinidades, incluindo as emergentes, nas relações de gênero da contemporaneidade, deu-se partir de artigos indexados nas bases de dados da Scielo, Redalyc, PePsic e capítulos de livros, pesquisados entre os meses de junho a novembro de 2020.

Foram empregados em termos de indexação ou descritores *masculinidades*, *sofrimento psíquico* e *feminismos*, isolados ou de forma combinada sem delimitar o intervalo temporal. Como critério de utilização desses descritores, foram feitas buscas através de títulos ou palavras-chave ou no próprio resumo dos artigos, a relação do texto com os descritores. Os materiais excluídos ou não apresentavam o critério acima

estabelecido ou estavam em duplicidade. Posteriormente foi realizada a leitura completa de 10 textos. Inicialmente foi-se fazendo agrupamento de acordo com os objetivos específicos. Em seguida, a fundamentação teórica e a observação de características gerais do material, tais como ano e objetivos. Ao final, nas considerações, foram pontuados os desafios e as perspectivas que o tema nos convida à reflexão. Segue em tabela a referência teórica tomada como base:

Textos de referência			
Título	Autor /a	Ano	Contribuição para a pesquisa
1. A crise da Masculinidade: Uma Crítica à Identidade de Gênero e à Literatura Masculinista	Sergio Gomes da Silva	Artigo de 2006	- Crise da Masculinidade e crítica aos conceitos de gênero
2. Homofobia na construção das masculinidades hegemônicas: queerizando as hierarquias entre gênero	André, Caio; Siqueira Peres, William; Peres Tokuda, André Masao; Lemos de Souza, Leonardo	Artigo de 2016	- Homofobia enquanto linha mantenedora aos domínios da masculinidade hegemônica em relação a outras sexualidades e expressões de gênero
3. Por uma matriz feminista de gênero para os estudos sobre homens e masculinidades	Jorge Lira e Benedito Medrada – Instituto Papai	2008	Contribuição com homens e masculinidades a partir da construção de gênero com bases feministas.
4. Estudos de gênero na psicologia brasileira: perspectivas e atuações da terceira geração.	BEIRAS , Adriano; NUERNBERG, Adriano; ADRIÃO, Karla	2012	Contribuições de pesquisadore/as sobre teorias feministas na construção do estudo de masculinidades.
5. Corpos, Heteronormatividade e Performances Híbridas	Ricardo Mello	2012	Trata dos avanços e desafios do movimento feminista em correlação da discussão de gênero corpos e sexualidade.
6. Teoria Feminista: da Margem ao Centro – 02 capítulos 7. Pensamento Feminista Brasileiro – formação e contexto – 01 capítulo	Bell Hooks Org. Heloísa Buarque de Hollanda	2019 2019	Textos feministas/ masculinidades / interseccionalidades Aprofundamento das questões de feminismo decolonial e masculinidades

8. Masculinidade/s: considerações a partir da leitura crítica de alguns textos que focalizam homens	Maria de Fátima Paz ALVES	2005	Discussão sobre noções e temáticas recorrentes à masculinidade, fazendo questionamentos e ponderações sobre possíveis omissões e inconsistências
9. Suicídio e masculinidades: uma análise por meio do gênero e das sexualidades	BAERE, Felipe de; ZANELLO, Valeska	2020	Aprofundamento dos sofrimentos psíquicos entre gays, bissexuais e heterossexuais
10. Masculinidade Hegemônica, repensando o conceito	Robert W. Connell e James W. Messerschmidt	2013	A partir da avaliação das críticas sob o conceito de masculinidade, defendem como importante para a discussão de gênero.

A partir da escolha bibliográfica citada, a forma de coleta de dados foi realizada através da análise do discurso. De acordo com Silva e Araújo (2017), a análise do discurso considera a correlação do discurso, da língua e da ideologia, verificando efeitos de sentidos, estudando o objeto no seu contexto natural, interligando teoria e metodologia, percebendo seus efeitos na realidade em que o discurso está embasado. Suas principais categorias de análise são: os efeitos de sentido que se materializam entre os momentos de quem o pretende produzir e quem o já tem produzido; A memória discursiva, também entendida como interdiscurso por ser uma construção de outrem, sendo assim considerado uma construção sócio histórica; Outro conceito que Silva e Araújo (2017) traz é o de esquecimento ideológico, ou seja, “escolhe-se’ um para esquecer outro, criando a ilusão do que é dito ter só um único significado; As condições de produção é outra categoria. Observar o seu contexto no tempo e espaço, ou seja, onde e quando esses discursos foram produzidos.

A análise do discurso traz em sua essência que não há uma verdade absoluta, por conta dos diversos discursos que despontam e trazem em si suas verdades. Cabe ao analista gerar determinadas conclusões com sua veracidade ou não. Ou seja, traz consigo também uma ideologia.

3. CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DAS MASCULINIDADES TRADICIONAIS

Nesse capítulo, o percurso histórico vai sendo delimitado, a partir da contribuição do movimento feminista, das percepções e acontecimentos de um repensar das masculinidades. É importante entender esse decurso não como uma linearidade de pensamento, afinal como diz Gonçalves (2007, p.3) “a história não é esta unidade recomposta, não é o desenvolvimento harmônico e silencioso de um acontecimento, de um conceito, de uma ideia, de um domínio de saber”. São os conflitos, as correlações de força, sem uma lógica cadenciada, observar que a história não é contínua, linear, do desenvolvimento e do progresso (GONÇALVES, 2007). Portanto, mesmo olhando ao longo das décadas, há sempre que considerar quais forças retomam e conduzem a história nessa realidade. Em suma, novas gerações surgem a cada instante e a compreensão de realidade também depende de como fazem a re-leitura e compreensão histórica. Perspectiva que corrobora com a visão de história para Foucault. Para este a história é essencialmente descontínua (ROUANET, 1996 *apud* GONÇALVES, 2007).

3.1 Da década de 1960 a 1970

A década de 1960, é um marco nas discussões mundiais sobre os homens e as masculinidades. Cresce pelos países anglo-saxões, a partir da contribuição do movimento feminista e dos movimentos gay e lésbico, olhando especificamente a masculinidade hegemônica (SOUZA, 2009).

Devido ao ambiente de subordinação em que as mulheres se encontravam ou que pelo menos, o lugar que as ciências, as religiões, o Estado e as mídias lhes mantinham, com imputações e ascensão de uma natureza frágil, o movimento feminista, durante a década de 1970, passa a utilizar o conceito de gênero, a fim de demarcar uma trajetória com demandas por direitos civis, humanos, por igualdade e respeito. Esse conceito passa então a ser incorporado em pesquisas e textos acadêmicos com temáticas diversas, a fim de desnaturalizar as diferenças biológicas entre homens e mulheres (MELLO, 2012).

Tomando a mídia como exemplo, não podemos deixar de perceber a forte (e ainda é, apesar da internet) influência da TV no cotidiano das pessoas através das

propagandas³. Nessa perspectiva binária, a imagem feminina estava sempre atrelada a produtos e utensílios domésticos. Já para produtos voltados ao público masculino, a desvalorização da imagem feminina era frequente e os produtos variavam entre outros como cigarros, bebidas, roupas masculinas e armas. Uma das propagandas das “Calças Dracon”, de uma revista americana, trazia a imagem de uma mulher feito tapete e um homem à pisava dizendo: “É bom ter uma mulher perto de casa”.



Fonte: <https://www.propagandashistoricas.com.br/2014/01/dez-propagandas-historicas-machistas.html>

Essa imagem é muito marcante, e, como “normalmente” eram vistas as mulheres (brancas), ou silenciadas e/ou como objeto de outrem, no caso do masculino, e, de como essa relação de poder se estabelecia. Naquele período, para quem subjuguava e, para quem sofria a subjugação, aparentava “normal” como as relações se davam, exatamente pela forma hegemônica de considerar “natural” (de forma grosseira). Porém, nem tudo foi suportado e silenciado. De alguma forma, essas imagens devem ter feito muita gente refletir, principalmente mulheres, sobre que realidade era essa que se localizavam. Dessa época é comum haver memórias de mulheres que só teriam “valor social” se tivessem referências de homens que as protegesse, mesmo que essa proteção lhes custasse sua liberdade, suportar todo tipo de situação e/ou exposição, entre outras questões.

³ Ver <https://www.propagandashistoricas.com.br/2014/01/dez-propagandas-historicas-machistas.html>, em 27.11.2020.

Nos anos 70, começa uma explosão em aprofundamentos teóricos, estudos sobre o “papel masculino”. A psicologia social e a sociologia aprofundam o tema a partir do reconhecimento das questões sociais da masculinidade e as possíveis mudanças de condutas masculinas, principalmente sua ação opressiva (CONNEL E MESSERSCHMIDT, 2013). Nessa discussão teórica e crítica sobre do “papel masculino”, deu base conceitual para o primeiro movimento de homens antissexistas. Porém este movimento, não levou em consideração questões como as relações de poder e as relações de força. E, apesar do recorte fragmentado de “relações de força”, é importante perceber a partir do olhar descrito por Ciampa (1990, p.163) em consonância com Safiotti (apud, 2019, p.154): “Entendemos por força, portanto, as relações de exploração econômica, de dominação política, de exclusão cultural, de sujeição ideológica e de coação física e psíquica.” Estas foram questões que não conseguiram ser aprofundadas, mantendo a subordinação global das mulheres aos homens (CONNEL E MESSERSCHMIDT, 2013). A imagem acima nos ajuda a materializar e a refletir como a hegemonia dominante tem a capacidade de direcionar seu poder e controle, haja vista, pela própria imagem, não refletir e tão pouco questionar seu status quo ocupado socialmente.

Porém, como quem sofre opressão não se submete para sempre silenciado, as insurgências se re-configuram, e, segundo Mayorga *et al.*, (2013), é nesse período que nasce um movimento de feministas negras e pensadoras lésbicas para se posicionar em relação a concepção da categoria “gênero”, fazendo críticas contundentes, buscando outros vieses para a discussão feminista como a interseccionalidades, explicada mais adiante. Em paralelo acontecia a “liberação gay” (CONNEL E MESSERSCHMIDT, 2013, p. 4) e, devido as violências relatadas de homossexuais e do preconceito dos homens heterossexuais, houve diversas contribuições na reflexão sobre homens gays, patriarcado e masculinidade convencional. A partir de então, novos estudos foram sendo aprofundados tanto voltados para escolas, quanto em outros locais de trabalho e em comunidades populares. É nesse período que se confirma a pluralidade de masculinidades e o processo de construção de gênero para homens (CONNEL E MESSERSCHMIDT, 2013). Porém, a lacuna de participação de mulheres negras era ainda incipiente, tanto pelo recorte de raça/etnia, quanto de classe, pois o movimento feminista agregava mais mulheres brancas, da classe média, na faixa etária de 40 e 60 anos que sofriam

com os impactos sociais e culturais da ditadura militar no Brasil (GOLDBERG, 1989; NUEMBERG, 2005 *apud* BEIRAS, NUEMBERG, ADRIÃO, 2012).

3.2. Da década de 1980 aos 2000

Como diz uma canção da Rita Lee dos Anos 80 “sexo frágil, não foge à luta, e nem só de cama vive a mulher”, portanto, o movimento feminista imprime na história contemporânea marcas permanentes e memoráveis a partir do vivenciado nos conflitos, nas disputas de discursos e concepções. Ao final dos anos 80 e início dos anos 90, por seu uso nos vários campos acadêmicos e sua influência nos estudos de gênero, o conceito de masculinidade hegemônica⁴ tem, ao mesmo tempo chamado a atenção dos/as estudiosos/as, mas, também, tem recebido muitas críticas. As ciências sociais e as humanas são as que mais têm utilizado essa terminologia, e, diante desse processo, os diversos autores/as têm proposto reformulações ao conceito. São em média três décadas de nascimento desse conceito e tem influenciado demasiadamente o que se pensar sobre homens, gênero e hierarquia social (CONNEL E MESSERSCHMIDT, 2013). Organizações Não Governamentais – ONGs como o Instituto Papai, de janeiro de 1997, tem atuado com diversas parcerias, para desenvolver ações políticas, informativas, educativas, voltadas a homens das camadas populares, voltadas para pesquisas com temáticas diversas, também direcionadas a homens, porém, com uma perspectiva feminista. É pioneira na América Latina e seu principal modelo de pesquisa é da mulher e relações de gênero, no Brasil, em 1980. O campo é bastante vasto que vai das ciências sociais, pedagogia, educação, saúde, psicologia entre outros (BEIRAS, ADRIÃO E NUERNBERG, 2012). Pode-se dizer que não é um conceito estático e que colabora e muito na discussão da temática proposta nesse projeto de Trabalho de Conclusão de Curso.

Ainda nos anos 1980 a compreensão sobre masculinidade hegemônica girou entorno de um padrão de práticas onde estruturas de poder continuasse normatizando a dominação dos homens sobre as mulheres, se distinguindo das masculinidades subordinadas (CONNEL E MESSERSCHMIDT, 2013), pois não tocavam nessa estrutura pois, “havia por parte de um bom número de mulheres heterossexuais um pensamento que talvez fosse possível que uma maneira de ser homem mais humana,

⁴ Ver Connel e Messerschmidt (2013, p.5)

menos opressiva, pudesse se tornar hegemônica como parte de um processo que levaria à abolição das hierarquias de gênero” (CONNEL E MESSERSCHMIDT, 2013, p. 5).

Apesar das masculinidades serem objeto de estudo no final da década de 1980, os trabalhos produzidos são poucos sistemáticos, concentra-se em autores específicos, sem uma discussão mais consistente sobre o tema. É na segunda metade da década de 1990, que há uma sistematização mais diversificada possibilitando aprofundamentos e organização dessas produções, constituindo um “campo” que vai desde um olhar amplo e global a expressão “mais íntima e pessoal” (MEDRADO E LYRA, 2008).

Entre outros temas que não ecoava com profundidade eram sobre homossexualidades. Inclusive no trato com pessoas homossexuais, a orientação desde criança, é que não poderiam demonstrar-se com conduta homossexual que recebiam diversos xingamentos. Portanto questões como o conceito de papel sexual, assumia uma posição muito prolixa para se considerar necessária à discussão nessa perspectiva da masculinidade hegemônica (CONNEL E MESSERSCHMIDT, 2013). Frases ditas até os dias de hoje para crianças como: “homem não chora”, “tu não é mulher para chorar”, “engole o choro”. Ou sobre homossexuais (gays principalmente): “eu aceito, mas Deus me livre de ter alguém assim na família”. Ainda prevalece a separação de cores, brinquedos para meninos e para meninas.

Dos anos 80 aos anos 2000, o conceito de masculinidade hegemônica tomou uma proporção vasta em pesquisas e debates e, ainda, aplicado em diversas áreas. Nisso, acabou recebendo inúmeras críticas. Dentre essas, podemos dizer como afirma Connell e Messerschmidt (2013, p.10), que se enquadrou “no seio de uma concepção heteronormativa de gênero”, isto é, persistia em uma lógica dicotômica de sexo (biológico) e gênero, de forma a seguir “marginalizando ou naturalizando o corpo”.

E nessa perspectiva de dicotomização, que a heteronormatividade seguiu com a categoria de gênero como análise. Mélo afirma que não somente os gêneros, mas que, o corpo também pode ser esse lugar de análise, isto é, “a gestão de política de gênero também se aplica aos corpos [...] Não há como buscar uma harmonia entre uma ‘identidade sexual’ descolada do corpo” (MELLO, 2012, p. 5). Para Mélo “gênero” se constitui em biopolítica, ou seja, “políticas de gestão de governo que produzem gênero” (MELLO, 2012, p. 5).

A forma como utilizamos nossos corpos também tem relação com masculinidade hegemônica. Como exemplo a prática trans não é um tema fácil de entender dentro de um modo simples de construção social. “Os corpos são tanto objetos da prática social como agentes na prática social” (CONNEL E MESSERSCHMIDT, 2013, p. 30). Nos corpos não há sexo e também performance definida, porém, se constituem a partir de como são vividos e sua potência concentra-se em uma política heterocentrada que regula e padroniza os corpos em “medicalização, cirurgias, ornamentação, indústria pornográfica, tecnologias jurídicas e midiáticas [...] Essas políticas mais que regular os corpos, os maquinizam. Corpo é gerenciamento biopolítico[...].” (MELLO, 2012, p. 6).

4. CONCEITUAÇÃO DE SEXO/GÊNERO, MASCULINIDADES E INTERSECCIONALIDADES: ABORDAGENS E CO-RELACIONAMENTOS

De certa forma ao longo da construção histórica anterior os conceitos de sexo/gênero e masculinidades foram se desenhando para uma melhor compreensão no percurso. Porém, faz-se necessário fazer essa intersecção de raça/etnia, idade/geração, classe social, para melhor compreensão das reflexões nos dias contemporâneos.

Também como fala Medrado e Lyra (2008, p.7), “reafirmar a necessidade de *desnaturalizar as prescrições e práticas sociais atribuídas a e incorporadas e naturalizadas por homens e mulheres consideradas marcações masculinas e femininas*” (grifo do autor). Tudo isso está dentro de um mesmo sistema, o patriarcado, que segundo Hooks (2019), “não nega a existência de privilégios e exploração de classes e raças de que os homens não se beneficiam todos por igual do sexismo”. Por exemplo, o desafio do acesso à educação em tempos de pandemia de COVID-19, onde estudantes de uma forma geral precisam ter acesso a internet para garantir um bom desempenho dentro das limitações. Se colocarmos na balança social a realidade de acesso a partir da classe social empobrecida, teremos um termômetro, que apontará a falta de recurso, acesso frágil ou sem nenhum à internet, estrutura de moradia desfavorável, etc.

4.1. De início: sexo e gênero não dizem sobre a mesma coisa.

María Jesús Izquierdo (*Apud* Medrado e Lyra ,2008, p.8), define “gênero” como “categoria analítica para compreender as desigualdades sociais [...] entre homens e mulheres que reside nas formas como os seres humanos se relacionam na produção da sua existência”. Considera também da diferenciação entre sexo e gênero onde as desigualdades de gênero se vinculam a distribuição desigual de poder no campo da produção/reprodução da vida, como exemplo o cuidado com filhos e a casa, na produção/administração de riquezas, como o trabalho fora de casa, distinção de atividades para homens e para mulheres (MEDRADO E LYRA, 2008).

O conceito “gênero” tem diversos usos no campo das Ciências Humanas e Sociais, “[...]a distinção que coloca de um lado sexo-biologia e do outro gênero-cultura

tem sido também questionada. A própria diferenciação sexual (macho e fêmea) tem sido colocada em suspeição” (MEDRADO E LYRA, 2008, p.8). Sendo assim, pensar sempre a partir dos recortes de interseccionalidades, colabora para uma maior compreensão e localização das desigualdades.

Uma estrutura que, Medrado e Lyra (2008, p.7), pensaram sobre o conceito de “gênero”, a partir de leituras de teóricas feministas, criaram um marco conceitual (principais referências), com bases em quatro eixos na formulação a partir de uma matriz feminista, ajuda a pensar os estudos sobre homens e masculinidades: “1) o sistema sexo/gênero; 2) a dimensão relacional; 3) as relações de poder; e 4) a ruptura da tradição do modelo binário de gênero nas esferas da política, das instituições e das organizações sociais”.

Sobre sexo/gênero Barbieri (1992, p.114), disse de acordo com Medrado e Lyra (2008, p.7) que,

[...] os sistemas de sexo/gênero são os conjuntos de práticas, símbolos, representações, normas e valores sociais que as sociedades, elaboram a partir da diferença sexual anátomo-fisiológica e que dão sentido à satisfação dos impulsos sexuais, à reprodução da espécie humana e em geral ao relacionamento entre as pessoas.

Sobre a dimensão relacional do marco conceitual, de acordo com Barbieri (1992, p.114) *apud* Medrado e Lyra (2008, p.11), defende que

não se pode apenas estudar as mulheres, pois o objeto dos estudos de gênero é mais amplo, e, sendo assim faz-se necessária uma análise em todos os níveis, âmbitos e tempos, das relações mulher-homem, mulher-mulher, homem-homem para se alcançarem maiores resultados.

É importante considerar que “relacional não implica em complementariedade, mas em assimetria de poder” (MEDRADO E LYRA, 2008, p.11), daí a necessária submissão do conceito de “gênero” a uma leitura feminista. E, ao olhar para esse lugar relacional faz-se necessário “fugir das lógicas binárias e polarizadas das relações de gênero entre masculino e feminino ao incluir um olhar para as intersecções com outros marcadores sociais como raça/etnia, idade, sexualidade e periferia (ROSEMBERG, 1997; e STOLCKE, 1992 e 2006 *apud* MEDRADO E LYRA 2008).

O terceiro componente que são as relações de poder, Medrado e Lyra (2008, p.13) lembra a perspectiva foucaultiana de poder, “entendido como jogos desiguais inscritos em práticas discursivas” que formam os “campos de forças sociais” (SCOTT, 1995, p.86 *apud* MEDRADO E LYRA, 2008 p.13). Há de se considerar que as “relações de poder são as relações humanas – institucionais, econômicas, amorosas,

interações verbais” (MEDRADO E LYRA, 2008, p.14) encontradas nos diversos contextos que vão das representações simbólicas, nas relações de gênero, conceitos normativos, etc.

O quarto componente refletido por Medrado e Lyra (2008) é o modelo “binário e fixo de homem e de mulher no nível da política, das instituições e organizações sociais” (p.15). E a reflexão proposta é que a leitura sobre gênero não se dê a partir desse modelo, mas sim relacional. Por isso da importância, como diz Hooks (2019, p.117) de desenvolver “novas estratégias para incluir os homens na luta contra o sexismo”.

De acordo com Helena Vieira, “O gênero é entendido como inscrição cultural do sexo, ou seja, a forma como o sexo se inscreve culturalmente no tecido das relações sociais”. Porém, entendido simplesmente assim, pressupõe instabilidade do sexo, ou seja, algo que existe antes de qualquer coisa. Então nos provoca perguntando: O sexo biológico tem, ele mesmo uma história? Para ela, quando cita Butler, o sexo sempre foi gênero. Traz como exemplo a dicotomia natureza e cultura, e questiona se sexo não está para a natureza e gênero não está para a cultura, será então o sexo uma própria construção de gênero? E por isso as diferenças sexuais são pensadas a dois sujeitos, dois campos significantes absolutamente distintos? Até o séc. XVIII não havia palavras para distinguir “pênis” e “vagina” e a “vagina” estava destituída de uma palavra. Inclusive definiam a vagina como um pênis atrofiado e não invertido, portanto, uma variação defeituosa do mesmo organismo. E nesse século nasce a invenção do sexo biológico que se afirma no séc. XIX., onde nasce a invenção da diferença sexual fundada no corpo sexuado. A diferença passa a ser da ordem da verdade científica. Portanto, entender os gêneros é compreender os mecanismos que construíram a realidade que passamos a compreender como diferença sexual. Helena, correlaciona de o dispositivo da sexualidade de Foucault, como sendo fundamental para entender o processo de criação e controle da sexualidade sex. XIX, tendo em vista as relações de poder. Já século XX, são os anatomistas passam a fazer distinção do corpo entre o masculino e o feminino, entre o normal e patológico. Em virtude dessa perspectiva anatomicista, as diferenças culturais entre homens e mulheres passam a ser convertidas em diferenças fisiológicas e/ou biológicas. Por conseguinte, a busca da explicação para diferença da ordem social em fatores biológicas, dando carácter patológico da masturbação, por exemplo, ou a invenção da sexologia que afirma patológico o homossexualismo. No século XX, consolida-se

a ampliação do controle sexual e invenção do sexo natural composto por dois opostos, construindo um “discurso da verdade”, numa certeza estruturada por uma organização heteropolítica que estabelece a complementariedade “pênis-vagina”, como um núcleo, como totalidade de uma relação sexual e da constituição de uma família. Portanto, há três definições de gênero que Helena Vieira aponta: Definição a partir do construtivismo vulgar – O gênero é socialmente construído nasce-se macho e fêmea; O gênero é determinismo biológico; E o terceiro baseado em Judith Butler, onde afirma que o gênero é performativo, isto é, se faz fazendo.

4.2. Masculinidades como categoria de estudo

O séc. XIX é um marco de muitas mudanças pois gerou discussões a partir das teorias feministas, das diversas definições de gênero pontuadas anteriormente, que vai das mudanças de concepções biológicas, às regras e papéis sócio e culturalmente estabelecidos pela sociedade burguesa deste século, passa-se a vivenciar um culto à masculinidade. De uma forma global, o cultivo da masculinidade e virilidade caracteriza a primeira crise de identidade masculina. Ponto de vista consolidado no pensamento vigente deste século, que é preferível “não ser mulher” e jamais “ser homossexual”, em razão de sua representação social como homem vitoriano (SILVA, 2000). Considera-se, tão raciocínio como uma espécie de autodefesa diante da desestabilização e questionamentos desse “lugar de poder” masculino, que o movimento feminista, nas discussões de gênero, colocou em xeque. Felizmente, outras concepções foram construídas, de acordo com Medrado e Lyra (2008), a partir da metade da década de 1990, produz-se um conjunto de obras, aprofundando questões sobre masculinidades correlacionadas com a organização social, identidades de gênero, as interações sociais de homens-homens, homens-mulheres, mulheres-mulheres, percebendo desafios e desigualdades e ainda a dimensão institucional das masculinidades.

Masculinidades e feminilidades se restringiam ao seu papel social de acordo com a identidade biológica de macho e fêmea. Conforme Silva (2000), em razão das mulheres buscarem igualdade e independência, propiciou a saída do espaço privado para o público. A partir desse movimento externo feminino e em decorrência de duas guerras mundiais, da industrialização e do movimento feminista, surgem pesquisas e

discussões sobre redefinições de papéis sociais e inaugura-se estudos sobre gênero tanto nos países desenvolvidos como nos subdesenvolvidos.

4.3. Interseccionalizando a análise das masculinidades

A partir dos anos 80, Alves (2005), enuncia que, as relações de gênero são elaboradas e vivenciadas de acordo com as diferentes culturas e as inserções de classe, raça e etnia. Destarte a abrangência analítica do conceito de gênero, “focalizaram quase que exclusivamente as mulheres e nem sempre numa perspectiva relacional (p.2)”. A partir deste enfoque de gênero e dos avanços da luta feminista, constatou-se que, tais movimentos e discussões, pouco influenciaram os homens em suas relações com mulheres ou com outros homens ou inclusive sobre a “construção do masculino, em geral dito como natural (p.2)”. E a produção acadêmica sobre masculinidades, em parte, baseia-se na crítica feminista, porém, não se descarta que houveram produções individuais que Medrado e Lyra (2008, p.2), considera ser “pouco sistemática, com concentração em autores específicos e sem necessariamente se desdobrarem em uma discussão teórica, epistemológica, política e ética ampla consistente sobre o tema”.

Nasce com as feministas pós-colonial o termo interseccionalidades, uma categoria analítica, que de acordo com Mello e Gonçalves (2010) e Mello (2012), é um instrumento que ajuda na leitura da realidade social a partir de vários recortes, tais como classe, raça, sexualidade que o termo “gênero” não consegue responder nas diversas opressões que atravessam singularmente cada pessoa nos diferentes contextos. Contudo, o conceito de gênero, no movimento feminista continuou em uso a fim de desnaturalizar as estereotipadas diferenças biológicas entre homens e mulheres.

São embasadas nas teorias feministas que as masculinidades passam a ser construídas, a partir do conceito de “gênero” como categoria analítica, trazendo à tona o debate do papel dos homens na transformação do patriarcado como nos diz Connell e Messerschmidt (2013, p.3), sobre as mulheres negras feministas quando,

[...] criticaram os preconceitos raciais que ocorrem quando o poder é unicamente conceitualizado em termos de diferenças de sexo, preparando, desse modo, o terreno para o questionamento de quaisquer reivindicações universalizantes sobre a categoria de homem.

Ainda que o conceito de masculinidade tenha sido adotado mais recentemente no campo de gênero e teorias feministas, ele foi influenciado pela psicanálise, partir dos estudos de Freud no séc. XIX. Do mesmo modo, outros autores voltaram-se aos temas direcionados ao poder do homem, desafio com gênero e o questionamento entre as masculinidades convencionais. Mesmo antes nos anos 1970, alguns escritos surgiram sobre “o papel masculino”, criticando a teoria dos papéis deu base conceitual para um primeiro movimento de homens antissexistas (CONNELL E MESSERSCHMIDT, 2013).

Ainda na década de setenta, eclode o movimento de liberação gay, crescendo a “ideia de uma hierarquia das masculinidades” (p.4), em consequência da experiência que o movimento foi (e é) acometido pela violência e pelo preconceito. Inclusive o termo homofobia é surge concomitantemente (CONNELL E MESSERSCHMIDT, 2013).

Connell e Messerschmidt (2013) levam em consideração o conceito de masculinidade hegemônica⁵, como sendo “um padrão de práticas [...] que possibilitou que a dominação dos homens sobre as mulheres continuasse” (p.5). Tal conceito é normativo, ou seja, “exige que todos os outros homens se posicionem em relação a ela, a masculinidade hegemônica, que legitima ideologicamente a subordinação global das mulheres aos homens (p.5). Essa concepção foi muito criticada, visto que sua construção proporciona diversas interpretações. Em contrapartida, Connell e Messerschmidt (2013), resolveram reformular a conceituação de masculinidade hegemônica, passando a considerar considerando tanto as teorias feministas quanto as relações de gênero. Em relação a masculinidades subordinadas, Connell e Messerschmidt (2013) ressaltam a existência de relações de subordinação intragênero, quais sejam, relações em que homens heterossexuais se adequam ao modelo dominante e os homossexuais aos subordinados. Outro modelo é o da cumplicidade, no qual, alguns poucos homens se adequam ao modelo normativo de masculinidade hegemônica.

Inclusive, compreender também que “construções regionais e locais da masculinidade hegemônica são conjuradas pela articulação desses sistemas de gênero com processos globais” (CONNELL E MESSERSCHMIDT, 2013, p.26),

⁵ De acordo com Souza (2009, p.2) “A noção de masculinidade hegemônica se processa a partir das relações de poder das quais resulta um modelo hegemônico calcado na representação paradigmática do homem heterossexual, branco e pertencente à classe dominante (KIMMEL, 1987)”.

colabora em pensar sobre masculinidades hegemônicas em três níveis: locais (famílias, comunidades, pesquisas etnográficas e de histórias de vida); regional (cultura, estado-nação, a partir de pesquisas discursivas, políticas e demográficas); global (arenas transnacionais das políticas mundiais, mídia e do comércio transnacional e em estudos como masculinidade e globalização). E de como esses níveis se interligam e se comunicam entre si, e por ocasiões as globais pressionam as regionais e locais. Em outras situações as regionais dão suporte aos globais através de materiais culturais utilizados, que por sua vez as regionais também fornecem material para as práticas e relações cotidianas locais (CONNELL E MESSERSCHMIDT, 2013).

Aqui Medrado e Lyra (2008) avaliam que o termo 'masculinidade hegemônica', faz uma leitura sobre, e considera que produz leituras binárias, pois não reconhece a dimensão relacional de gênero. E para eles faz-se necessário abrir novas "construções teóricas que resgatem o caráter plural, polissêmico e crítico das leituras feministas".

Souza (2009), enuncia a importância da construção teóricas dos estudos sobre a masculinidade, terem sido potencializados por seus autores pioneiros com a teoria feminista. São eles: CARRIGAN, CONNELL & LEE, 1985; KIMMEL, 1987; ALMEIDA 1995. E ainda, as que deram ênfase as relações de poder. São elas: RUBIN, 1975; SCOTT, 1990; HARAWAY, 1991. Como as que tratam do conceito de patriarcado. São elas: PATEMAN, 1993; MACHADO, 2000; SAFFIOTI, 2004.

No Brasil, Connell também foi considerado referência, contribuindo para abordagens voltadas mais para estruturas sociais do que nos sujeitos e seus papéis (SOUZA, 2009). Após um "Simpósio do Homem", em 1985, das conclusões que chegou foi que os homens estavam vivendo uma crise "fundamentada em diversas causas dentre as quais foram destacadas as próprias transformações comportamentais das mulheres, na moral sexual e nos questionamentos feministas de dominação patriarcal" (SOUZA, 2009, p.10).

Os estudos tem avançado em diversas perspectivas como: violência, paternidade, sexualidade e reprodução, seguindo os passos teóricos e metodológicos dos estudos sobre mulheres, porém, com ênfase nos modelos masculinos (SOUZA, 2009). As construções teóricas vão de explicar "a raiz do medo dos homens em redefinir sua identidade" (SOUZA, 2009, p.11), diante da relação masculinidade X feminilidade de autores como LISBOA 1998. Porém, autores como o psicanalista

Sócrates Nolasco, fundador do Núcleo de Pesquisa sobre o Comportamento Masculino, passa a discutir sobre esse “novo homem” a partir de suas fragilidades, crise e conflito (SOUSA, 2009). Alguns riscos a partir desse pensamento é o reforço aos “estereótipos de uma essência totalizadora” (SOUSA, 2009, p.12).

Diversos avanços ocorreram no campo da produção acadêmica de gênero. Consolida-se uma abordagem específica de masculinidade. Uma alçada própria, mas em expansão, com diversos focos para além da sexualidade e reprodução, passando por questões como trabalho, paternidade, violência, etc (SOUSA, 2009). Ou seja, as relações de gênero ganharam quando as discussões passaram a ser do ponto de vista relacional, proposta citada anteriormente por Medrado e Lyra neste capítulo.

5. OS EFEITOS DAS MASCULINIDADES TRADICIONAIS NA EXPERIÊNCIA DAS MULHERES – E DOS PRÓPRIOS HOMENS

5.1. Sobre os privilégios que a desigualdade das relações de gênero produz

O movimento feminista contemporâneo conseguiu fazer uma mobilização em escala global, refletindo e denunciando a exploração e a opressão da mulher, colaborando para uma luta feminista com resultados efetivos. Porém, a grande questão na reação as violências do sexismo se dá ao destacar as ideias e as práticas de dominação masculina, os homens, em sua totalidade, passaram a ser vistos pelo movimento como inimigos das mulheres, localizando-se mais ao patamar de uma guerra dos sexos do que uma luta política (HOOKS, 2019).

Na classificação “feministas radicais”, a mensagem que ficou ecoando foi “*todos os homens são inimigos de todas as mulheres*” (p.67). Considera-se que a discriminação, a opressão e a exploração sexista, sempre se deram no espaço doméstico. Porém, presentemente, tais mecanismos de opressão têm acontecido no espaço público, e em qualquer esfera de socialização. A opressão sexista se evidencia mais que quaisquer outras opressões, sendo base para estas, por ser “prática de dominação que a maior parte das pessoas experimenta, quer no papel de quem discrimina ou é discriminado, de quem explora ou é explorado” (p.70). A experiência maior dessa opressão sexista começa no âmbito familiar, como dito antes, tanto prática quanto vivência. Já o racismo e a opressão de classe é algo a ser vivenciado e/ou testemunhado no espaço público social. Não obstante, Hooks (2019) afirma ser essa uma marca na sociedade ocidental tradicional, posto que desde cedo somos habituados a aceitar e apoiar formas de opressão. Continuamente, sobrepõe-se a opressão às relações afetivas. Porém, para muitas mulheres negras, a instituição familiar é a menos opressiva de todas as instituições, pois, esse lugar pode “propiciar a vivência de valores tais quais a dignidade, autoestima e humanidade, em contraste com a opressão que vigente mundo a fora.

Em meio à real contradição pontuada por Hooks, nas relações familiares, percebe-se que nesse lugar, diante da opressão sexista, o sofrimento psíquico também pode se constituir. De acordo com Santos (2009), vivenciar o sofrimento psíquico passa não somente por uma experiência individual, mas é principalmente uma construção social. Tal sofrimento vem sendo influenciado por valores e normas

sociais que têm tempo e lugar: o período histórico. Tudo aquilo que aparenta ser algo do individual é um conjunto de questões que brotam do campo da subjetividade, e, a partir do lugar do sujeito que o vivencia, ou seja, como mulher ou homem, expressará questões a partir de sua constituição e configuração social advindas das relações sociais e de como estas constituem sofrimentos psíquicos. Portanto, são questões que estão interligadas à discussão de gênero, por pensar masculinidades e feminilidades, nas relações de poder e de como agem com as formas de poder e a quem direciona o quê tal poder.

Conforme o Relatório de Saúde Mental no Mundo, 2001, a OMS – Organização Mundial da Saúde, citada por Santos (2009), as mulheres estão em situação de maior risco de desenvolver transtornos mentais e manifestar sofrimento psíquico, especialmente em virtude do aumento significativo das responsabilidades atribuídas às mulheres, em associação aos diversos papéis desempenhados e, ainda, por serem a principal fonte de renda familiar. Há de se considerar ainda, que elas vivem diversos tipos de violência. Frequentemente essas violências se dão em razão de se assumir tantos papéis sociais. Elas também sofrem discriminação sexual, em paralelo com toda a realidade social vivida de pobreza, fome, sobrecarga de trabalho, violência doméstica e sexual, dentre outras formas de violência. Esse panorama indica que de uma forma ou de outra, “todos os homens apoiam e perpetuam o sexismo e a opressão sexista (Hooks, 2019, p.117)”. Porém, “é possível, para os homens, levar uma vida afirmativa e significativa sem explorar e oprimir as mulheres (p. 117)”.

Entretanto, pondera-se a respeito do sofrimento psíquico nas masculinidades. Tal modo de sofrer exterioriza-se pela expressividade do número de óbitos por suicídio entre os homens. Essa monta chega a ser da ordem de quatro vezes superior a das mulheres “de acordo com o boletim epidemiológico do Ministério da Saúde divulgado em 2017, entre 2011 e 2016, houve 62.804 mortes por autoextermínio no país. Desse total, 21% eram mulheres e 79% homens” (BAÉRE E ZANELLO, 2020, p.4). Considera-se o suicídio como uma expressão limite do sofrimento psíquico e, partindo do olhar do gênero, sob a perspectiva das teorias das masculinidades, pode-se alavancar diversas questões como por exemplo maior suscetibilidade de pessoas não heterossexuais ao comportamento suicida (BAÉRE E ZANELLO, 2020).

5.2. E sobre os sofrimentos que os próprios homens estão expostos diante do exercício desta masculinidade

Em consoante com a pesquisa realizada por Baére e Zanello (2020), que visaram analisar os espaços de socialização; o não pertencimento; a heteronormatividade; virilidade laborativa e perda dos ganhos do dispositivo amoroso de uma mulher, nos ajudam a refletir a partir das situações vividas por mais de uma orientação sexual. Essa pesquisa, também aborda quais são os tipos de sofrimento psíquico e suas intensidades nas populações cujas orientações sexuais são: gays, bissexuais e heterossexuais.

No tocante aos espaços de socialização, Baére e Zanello (2020) aludem à realidade das escolas, as quais mostrara-se como locais de maior agenciamento de violência homofóbica, e conseqüentemente, os mais atingidos são homossexuais com “trejeitos afeminados”. O retorno ao lar seria um alento, porém, para esses alunos, contudo, nem sempre esse conforto possível em razão da discriminação também ser efetiva dentro da casa da vítima. Portanto, ressalta-se a existência da violência no público e no privado. A homofobia transita de uma “questão social discriminatória em uma vivência individual, ou seja, em uma homofobia internalizada que não permite a enunciação de quem se é para a família” (p.7). Nesse quesito cresce a “manifestação do comportamento suicida entre jovens homossexuais assumidos e/ou afeminados” (p.7).

A figura do não pertencimento, resulta da inserção do ente discriminado, em circunstâncias de sofrimento, em “contextos sociais atravessados por violência, discriminação e preconceito, cujo contexto envolve os aspectos internos e a tomada de consciência da diferença, do não pertencimento” (p.8) para homossexuais. E, diante de evitar sofrimento, muitos meninos preferem “performar a masculinidade mais aceitável”. Assumir-se diferente é um grande dilema a ser enfrentado, especialmente em um cenário de homofobia intrafamiliar, a partir do desamparo e da rejeição parental. Inclusive para bissexuais, “na categoria binária-oposicional homo/heterossexual” (p.9), existe uma tentativa de encaixe devido as incompreensões e o processo de repetição explicativa diante dos julgamentos morais, deixam os sujeitos ilhados, sem abertura para diálogo (BAÉRE E ZANELLO, 2020).

Acerca da virilidade laborativa, Baére e Zanello (2020), encontram relevância identitária entre gays, bissexuais e heterossexuais. Com os gays a mescla se dá entre o conflito com a sexualidade e a incerteza do campo profissional. Há também um investimento na virilidade laborativa, como uma espécie de compensação ao não comparecimento da virilidade sexual. Além da pressão familiar, como uma forma de reparação pessoal em decorrência da homossexualidade, gerando ansiedade e sofrimentos. Com bissexuais, o sofrimento psíquico se dá no “não encaixe em uma categoria socialmente aceita seja tão mobilizador, que se sobrepõe às outras adversidades enfrentadas” (p.11); E com heterossexuais, a imposição da virilidade laborativa é bastante acentuada tanto no contexto familiar, expectativa parental, quanto da sociedade que exige uma performance produtivista dos homens. Isto é, “ser alguém na vida”, é muito marcante para este grupo.

Baére e Zanello (2020) ressaltam ainda que, a “perda dos ganhos do dispositivo amoroso de uma mulher [...] costumam ser dispendiosas para as mulheres, mas vantajosas para os homens” (p.12). Nesse caso os homens heteros lucram afetivamente com esse dispositivo. Porém, ao término de relacionamentos que potencializam o sofrimento psíquico, nas constantes brigas, as mudanças de projetos comuns, ou seja, desentendimentos aliados a situação laboral, o sofrimento psíquico aumenta para os homens.

Ao longo do nosso viver, vamos introjetando ideologias que muitas vezes não as questionamos por considerá-las parte do protocolo de nosso cotidiano, afinal, algumas nos constituíram desde as relações familiares. Bem como “as mulheres, os homens foram educados para aceitar passivamente a ideologia sexista. E, se eles não precisam culpar a si mesmos por aceitarem o sexismo, precisam, por outro lado, aceitar que são responsáveis pela sua eliminação (HOOKS, 2019, p.118)”. Por conseguinte, enquanto as mulheres apresentam um índice maior nos casos de depressão em estatísticas mundiais, entre os homens há um auto índice de suicídio (SANTOS, 2009). Por esse motivo, se faz urgente e necessário a reconstituição das subjetividades nos sujeitos. E, pode-se dizer ainda, que, “as feminilidades e as masculinidades estabelecem diferentes formas de vivenciar o sofrimento psíquico” (SANTOS, 2009, p.4). Vislumbra-se assim, uma questão real e verdadeira:

os homens não são explorados ou oprimidos pelo sexismo, mas também existem formas pelas quais eles acabam sofrendo em razão disso. Esse sofrimento não deveria ser ignorado. Embora isso de modo algum diminua a seriedade dos abusos e da opressão masculina contra as mulheres ou negue a responsabilidade masculina pelos atos de exploração, a dor que os homens

experimentam pode servir como catalisador, chamando a atenção para a necessidade de mudança (HOOKS, 2109, p.118).

Quando fazemos um recorte de classe, olhando homens pobres e operários, educados pela ideologia sexista, os quais ilusoriamente acreditam que, pelo fato de serem homens, existem privilégios e poderes, por simplesmente serem homens. Eles vão percebendo no espaço público que, poucos ou quase nenhum desses benefícios serão concedidos de pronto em suas vidas (HOOKS, 2019). Acontece que diante disso, adoecimentos psíquicos podem se materializar e resultar no que Santos (2009, p.4) considera ser “uma brusca ruptura em suas trajetórias de vida [...] a exclusão destes no espaço público”. E, pela falta de vivência na esfera privada, entram em um processo de ociosidade, impedindo de certa forma o cumprimento de seu “papel social de gênero tradicional como provedor e chefe de família (p.5)”. Sentem-se fracassados por perderem a identidade de trabalhador ou estudante e, assim, a reinserção social e a reconstrução da identidade serão de muita dificuldade (SANTOS, 2009). Portanto, é preciso dar importância ao que causa o mal estar masculino, já que “gênero é também uma forma de estar no mundo” (Medrado e Lyra, 2008, p.23). Porém, esse ser masculino deverá também presumir que por se encontrar-se

[...] alienado, frustrado, preterido, ele pode atacar, abusar e oprimir uma mulher ou as mulheres em geral, mas não extrai benefícios da ideologia sexista em que acredita e que ajuda a perpetuar. Quando bate numa mulher ou a estupra, não está exercendo privilégios ou obtendo recompensas; ele pode se sentir satisfeito por está exercendo a única forma de poder que lhe foi concedida. A estrutura de poder de classe masculina dirigente que promove esse tipo de abuso sexista contra mulheres é quem obtém os verdadeiros benefícios e privilégios matérias de tais atos [...] (HOOKS, 2109, p.120)

Andreô, Peres, Tokuda e Souza (2016), refletem que os processos de subjetivação das masculinidades. Esta começa ainda na infância com relações pautadas no esquema “iniciado-iniciador”, entre crianças do sexo masculino. Esse esquema os distanciam das meninas e os agrupam com outros meninos de sua idade e também um pouco mais velhos. “Através do sofrimento psíquico, social e corporal são promovidas violências, num primeiro momento contra eles mesmos, e depois contra os outros meninos” (p.11). Orientada pela masculinidade que se afirma superior às outras manifestações de gênero, o ser masculino poderá tornar-se submisso para obter privilégios. Nesse ínterim, abusos são cometidos de toda ordem: sexual, psicológica, física etc. E o homem que se associar a alguma mulher será ojerizado.

De acordo com Welzer-Lang (2001, p.118) *apud* Andreô, Peres, Tokuda e Souza (2016, p.12)

a homofobia é uma forma de controle social que se exerce entre os homens, isso desde os primeiros passos da educação masculina. Para ser valorizado, o homem precisa ser viril, mostrar-se superior, forte, competitivo.... senão é tratado como os fracos e como as mulheres, e assimilado aos homossexuais

Desse modo, a homofobia reflete-se como intolerância direta aos gays e lésbicas. Considerando o cenário vivido pelas lésbicas, estas sofrem duplo preconceito. Ora por serem mulheres e, ora por serem homossexuais. Portanto, a homofobia é a mais fina manifestação do sexismo (ANDREÔ, PERES, TOKUDA E SOUZA, 2016)

Provavelmente, a falta de compreensão das causas do sexismo e a inserção no capitalismo, imprima ao ser masculino que adote uma postura superior ante alteridades como mulheres, população LGBTQIA+, pretos, empobrecidos e periféricos, tornando-o inimigo dessas pessoas. Porém, “é inimigo de si mesmo, posto que também é oprimido” (HOOKS, 2019, p.120). E possivelmente, resida aí a causa de seu sofrimento. Fazer pouco caso de sua dor ou descartá-la, põe a humanidade no lugar da ignorância, reforça em nossa sociedade, a permanência da guerra dos sexos. Contudo, é fundamental não considerar que “o abuso que homens cometem [...] é um reflexo de sua masculinidade frustrada [...], como uma falta de controle sobre as próprias ações, de impotência emocional, irracionalidade extrema, e, em muitos casos, completa insanidade” (p.121 e 123). Dessa forma, o abuso é localizado e guardado como parte compreensível e justificável, absorve-se passivamente a “ideologia sexista é o que faz com que esse comportamento deturpado seja interpretado positivamente” (p.123).

6. CONTRIBUIÇÃO DAS DISCUSSÕES FEMINISTAS NA RESSIGNIFICAÇÃO DAS NOVAS MASCULINIDADES

Diversos autores que versam a respeito das masculinidades, reconhecem como base os conteúdos feministas para a construção dos estudos sobre as masculinidades. Estes últimos, portanto, consideram-se em dívida com os movimentos feministas e LGBTQIA+, postos que estes, provocaram pesquisadores na construção dessa temática, através de questões como tais quais a desigualdade, o poder e o conflito (SOUZA, 2009).

De fato, tendo como base os atuais estudos sobre a masculinidade vigente, configura-se não existir somente uma única masculinidade, as diversas masculinidades “são configurações da prática que são construídas, reveladas e transformadas ao longo do tempo” (CONNELL E MESSERSCHMIDT, 2013, p.31). É de suma importância a se considerar essa masculinidade plural:

[...] sem tratar os homens privilegiados como objeto de pena, devemos reconhecer que a masculinidade hegemônica não necessariamente se traduz em uma experiência de vida satisfatória (CONNEL E MESSERSCHMIDT, 2013, p. 31).

A partir dessa nova experiência vivenciada pelos homens, se estabelece uma possibilidade de diálogo, tendo em vista que sofrimentos envolvem toda uma sociedade, quando ocupam e se mantem esse lugar da masculinidade hegemônica. Desse modo, de acordo com CONNELL (2013), a importância dos esforços e da participação dos movimentos de mulheres e das bases feministas pós-colonial. aA partir da contestação de um padrão de práticas de masculinidade que, anteriormente tinham soluções em situações, mas que diante de novas situações surgidas não apresenta possibilidade e, ainda, as ignoram e por não saber lidar com o novo que se apresenta.

Beiras, Nuemberg e Adrião (2012), dividem o estudo de gênero em três gerações e apresentam a contribuição dessas para a psicologia no Brasil. Relacionando e conhecimentos acerca de masculinidades com temáticas do universo *queer*. As primeiras gerações que aprofundaram as pesquisas de gênero no Brasil, eram constituídas em sua maioria, por mulheres. Sendo estas feministas ou não. Mas, basicamente formadas por brancas de classe média, entre 40 e 60 anos e impactadas pela ditadura militar. Elas enfrentaram a rigidez burocrática da academia, buscando

integrar esse meio para o fortalecimento dos estudos de gênero na psicologia brasileira. Suas produções giraram entorno de temáticas tais como: violência, trabalho, família, sexualidade subjetividade e educação. Estando em consonância com referencial teórico influente na psicologia social. Destaca-se dessas duas primeiras gerações as tensões e disputas que um movimento não linear se apresenta no debate acadêmico. Tais conflitos são percebidos como “ocorridos sobre classe e gênero, influenciado pelas ideias marxistas, e também tensões e debates ocorridos a partir de denúncias de racismos pelas mulheres negras” (HARAWAY, 2004 *apud* BEIRAS, NUENMBERG E ADRIÃO 2012).

Já a terceira geração, considera importante uma maior presença masculina no grupo de pesquisadoras(es) dos estudos de gênero, visando a ampliação das problemáticas de pesquisas, além de uma maior articulação com novos movimentos sociais (ONGs e movimentos feministas) e secretarias de governo. Tais Temáticas que antes tinham pouca visibilidade, como masculinidades e paternidades, recebem mais atenção. Ampliam-se trabalhos interdisciplinares (antropologia, história, filosofia etc), eventos científicos, pesquisas em conjunto de núcleos de pesquisas e instituições não governamentais. Novas temáticas relacionadas aos “direitos sexuais e reprodutivos de jovens, paternidades, masculinidades, homens e saúde, organizações familiares, modo de vida e geração, violência masculina exercida contra mulheres e violência sexual, corporeidade, travestis, sempre com enfoque de gênero, e questões relacionadas a sexualidade e estudos GLBTT” (p.4). Referências institucionais se afirmam como núcleos de pesquisa nas universidades UFPE, UFPA, UnB, UFSC, UFRGS. ONGs como Instituto PAPAI, ADEH entre outras. O Instituto Papai no Recife/PE, em parceria com o GEMA/UFPE, como importantes produções e intervenções nacionais e latino-americanas. Redes de discussão são criadas como: Rede Feminista Norte-Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher e Relações de Gênero (REDOR), Rede Brasileira de Pesquisas em Violência, Saúde, Gênero e Masculinidades (VISAGEM), Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO), Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO) (BEIRAS, NUENMBERG E ADRIÃO 2012).

Percebe-se, portanto, “a intensa interface entre pesquisa e intervenção, as influências da teoria *queer* e do construcionismo social, o diálogo existente entre as organizações descritas, a abordagem de novas questões teóricas e interdisciplinaridade” (BEIRAS, NUENMBERG E ADRIÃO 2012, p.9), analisando

sempre aspectos que “desafiam as construções sociais e culturais sobre masculinos e femininos, vistos de forma relacional” (p.9). Essa teoria aponta um forte impacto nos movimentos feministas, pois surgem “problematizando e fazendo críticas às políticas identitárias [...] trazendo a ideia de que as identidades são múltiplas e socialmente construídas” (ANDREÔ, PERES, TOKUDA E SOUZA, 2016, p.10). Passa a ser então um desafio aos movimentos feministas refletir sobre os estudos *queer*, porém, Andreô, Peres, Tokuda e Souza (2016), colaboram nesse processo, refletindo que,

as masculinidades são negociadas e construídas, então podem também ser desconstruídas, ou seja, não é necessário que se cristalizem a partir de uma identidade masculina definitiva e acabada, como ocorre no processo de subjetivação das masculinidades desde a infância, é necessária a desconstrução dos enquadres do que é ser do gênero masculino ou feminino (p.11).

Isto posto, compreende-se que as masculinidades são construção e desconstrução. Considera-se desafiador para os movimentos feministas que busquem se repensar a partir do que propõe a teoria *queer*. De certa forma, esse processo de construção e desconstrução é uma práxis constante na teoria feminista, que ajudará na compreensão do que quer construir os estudos *queer*.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Importante afirmar que as discussões desse trabalho buscaram seguir na perspectiva das construções sociais e culturais não binárias, sempre relacionais, procurando nas possibilidades, discussões que interligam masculinidades e feminilidades, com perspectivas de um feminismo decolonial e colabore na construção de novas relações sociais de gênero, criando e recriando caminhos para superação do sexismo, patriarcado e poder hegemônico.

No percurso histórico das masculinidades tradicionais, observamos o quanto o movimento feminista foi e é base na construção e reconstrução das masculinidades. E percebendo a masculinidade hegemônica, o quanto ela é a sobrecarga com o que assume com mão de ferro dogmas e verdades, acima das próprias subjetividades e de outrem, se construindo um homem-máquina, frio, rígido e as vezes destruidor.

A construção teórica de sexo/gênero, propõe uma via não binária mas relacional, configurada por assimetria de poder. Isto é, que grande diferença é essa que as relações de poder se configuram no cotidiano da vida das pessoas, no repensar de novas masculinidades e como elas dialogam com raça/etnia, geração, periferia, provocando assumirmos novas posturas diante do poder que não se limita a heteronormatividade.

Percebe-se também os efeitos das masculinidades tradicionais tanto para masculinos quanto femininos, observando as orientações sexuais e as discriminações ainda naturalizadas (agora com mais descrição, mas ainda tem esse cunho). Do quanto as mulheres são marcadas e ainda se submetem nas relações a permanecer nesse não lugar. E do grau de adoecimento psíquico causa em mulheres e homens, muitas vezes violentos e violentados, não se percebem fantoches de sistemas opressivos.

Constata-se que a partir da colaboração das teorias feministas ao estudo de masculinidades, é observável que o que foi apreendido na primeira geração ainda nos dias de hoje no campo da periferia e da multidão de gente que não discute relações de gênero, ainda é muito desafiante e uma novidade. Teoricamente talvez estejamos um pouco mais avançados, porém, na prática cotidiana há infelizmente uma cisão entre teoria e prática. Além da incompreensão diante dos processos investigados.

Muitas lacunas ainda ficam expostas nesse trabalho de conclusão de curso. Várias questões precisam ser aprofundadas de maneira mais consistente em trabalhos futuros. Análises que visem aprofundar questões de corporeidade, interseccionalidades, mais teoria feminista decolonial, a teoria *queer* entre outros.

Não obstante, compreender que esse estudo não esgota a discussão que se propõe, creio que já alcançou seu objetivo, na colaboração da reflexão sobre as masculinidades e as relações de gênero.

Finalizo com a canção de Gonzaguinha que além de dizer de minha vivência pessoal na construção dessa temática, diz dela na coletividade e também diz muito do que temos vivenciado nestes dias de pandemia, reclusão e finitudes:

Sangrando - Gonzaguinha

Quando eu soltar a minha voz
Por favor entenda
Que palavra por palavra
Eis aqui uma pessoa se entregando

Veja o brilho dos meus olhos
E o tremor nas minhas mãos
E o meu corpo tão suado
Transbordando toda a raça e emoção

Coração na boca
Peito aberto
Vou sangrando
São as lutas dessa nossa vida
Que eu estou cantando

E se eu chorar
E o sal molhar o meu sorriso
Não se espante, cante
Que o teu canto é a minha força
Pra cantar

Quando eu abrir minha garganta
Essa força tanta
Tudo aquilo que você ouvir
Esteja certa
Que estarei vivendo

Quando eu soltar a minha voz
Por favor, entenda
É apenas o meu jeito de viver
O que é amar

REFERÊNCIAS

_____. Pensamento Feminista: conceitos fundamentais / Audre Lord... [et al.]; organização Heloisa Buarque de Hollanda. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019 440p.

_____. Publicado por SOS Corpo em 20 de abril de 2020. Disponível em: <<https://soscorpo.org/violencia-domestica-e-os-precipicios-do-machismo/>>. Acesso em: 12 jun. 2020.

ALVES, M. DE F. P. MASCULINIDADE/S: CONSIDERAÇÕES A PARTIR DA LEITURA CRÍTICA DE ALGUNS TEXTOS QUE FOCALIZAM HOMENS. **Revista Ártemis - Estudos de Gênero, Feminismos e Sexualidades**, n. 3, 20 dez. 2005.

ALCANTARA, Edson Petronio de. Memórias do masculino: a construção da masculinidade pela identificação. 2012.

ANDRADE, Laura Helena SG de; VIANA, Maria Carmen; SILVEIRA, Camila Magalhães. Epidemiologia dos transtornos psiquiátricos na mulher. **Rev. psiquiatr. clín.** São Paulo, v. 33, n. 2, p. 43-54, 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-60832006000200003&lng=en&nrm=iso>. acesso em 07 de junho de 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-60832006000200003>.

ANDREO, Caio et al . Homofobia na construção das masculinidades hegemônicas: queerizando as hierarquias entre gênero. **Estud. pesquis. psicol.**, Rio de Janeiro , v. 16, n. 1, p. 46-67, jul. 2016 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812016000100004&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 03 nov. 2020.

BAERE, Felipe de; ZANELLO, Valeska. SUICÍDIO E MASCULINIDADES: UMA ANÁLISE POR MEIO DO GÊNERO E DAS SEXUALIDADES. **Psicol. Estud.** , Maringá, v. 25, e44147, 2020. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722020000100208&lng=en&nrm=iso>. acesso em 03 de dezembro de 2020. Epub 18 de maio de 2020. <http://dx.doi.org/10.4025/psicoestud.v25i0.44147>.

BATISTA, Kevin Samuel Alves. Masculinidades e violência de gênero: um estudo sobre violências e metamorfoses na perspectiva da psicologia social crítica. 2018. 188f. - Dissertação - Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Fortaleza (CE), 2018.

BEIRAS, Adriano; NUERNBERG, Adriano; ADRIÃO, Karla. Estudos de gênero na psicologia brasileira: perspectivas e atuações da terceira geração. **Revista Athenea digital**, v.12, n. 3, p. 2013-2016, 2012.

CONNELL, Robert W .; MESSERSCHMIDT, James W .. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Rev. Estud. Fem.** , Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 241-282, abril de 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-

026X2013000100014&lng=en&nrm=iso>. acesso em 23 de abril de 2020. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2013000100014>

DA SILVA, Sergio Gomes. A crise da masculinidade: uma crítica à identidade de gênero e à literatura masculinista. **Psicologia Ciência e Profissão**, v. 26, n. 1, p. 118-131, 2006.

DEBERT, Guita Grin. Masculinidade, feminilidade e a reprodução das desigualdades. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 30, p. 409-414, June 2008. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332008000100021&lng=en&nrm=iso>. access on 13 Jan. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332008000100021>.

DEBERT, Guita Grin. Masculinidade, feminilidade e a reprodução das desigualdades. **cadernos pagu**, n. 30, p. 409-414, 2008.

FIGUEIREDO, E. Desfazendo o gênero: a teoria queer de Judith Butler. **Revista Criação & Crítica**, [S. l.], n. 20, p. 40-55, 2018. DOI: 10.11606/issn.1984-1124.v0i20p40-55. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/criacaoecritica/article/view/138143>. Acesso em: 3 dez. 2020.

HOOKS, bell, 1992 – Teoria feminista : da margem ao centro / bell hooks ; tradução Rainer Patriota. – São Paulo : Perspectiva, 2019. – (Palavras negras)

KROB, Daniéli Busanello. A igreja e a violência doméstica contra as mulheres. Anais do Congresso Internacional da Faculdades EST. São Leopoldo: EST, v. 2, p. 208-216, 2014. Disponível em: http://blackpagesbrazil.com.br/documentos/violencia_mulher.pdf. Acesso em: 30 de Out de 2020.

MAYORGA, C.; COURA, A., MIRALLES, N., CUNHAM V. M. As críticas ao gênero e a pluralização do feminismo: colonialismo, racismo e política heterossexual. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 21(2): 336, maio-agosto/2013.

MAYORGA, C. A. B. Algumas contribuições do feminismo à Psicologia Social Comunitária. **Athenea Digital**, Barcelona, v. 14, n. 1, p. 221-236, mar. 2014. Disponível em: <<http://atheneadigital.net/article/view/v14-n1-mayorga>>. Acesso em: 13 Mai. 2014.

MEDRADO, Benedito; LYRA, Jorge. Por uma matriz feminista de gênero para os estudos sobre homens e masculinidades. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 809-840, dez. 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2008000300005&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 08 nov. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2008000300005>.

MELLO, Ricardo Pimentel. Corpos, heteronormatividade e performances híbridias. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v. 24, n. 1, p. 197-207, abr. 2012. Disponible en <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822012000100022&lng=es&nrm=iso>. accedido en 12 jun. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822012000100022>.

MELLO, L.; GONÇALVES, E. Diferença e interseccionalidade: notas para pensar práticas em saúde. **Revista Cronos**, v. 11, n. 2, 28 nov. 2012.

MENDES, Karina Dal Sasso; SILVEIRA, Renata Cristina de Campos Pereira; GALVAO, Cristina Maria. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto contexto - enferm.**, Florianópolis, v. 17, n. 4, p. 758-764, Dec. 2008. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072008000400018&lng=en&nrm=iso>. access on 22 Apr. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0104-07072008000400018>.

OLIVEIRA, Annelissa Andrade Virgínio de et al. Maus-tratos a idosos: revisão integrativa da literatura. **Rev. bras. enferm.**, Brasília, v. 66, n. 1, p. 128-133, fevereiro de 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672013000100020&lng=en&nrm=iso>. acesso em 22 de abril de 2020. <https://doi.org/10.1590/S0034-71672013000100020>.

RIBEIRO, Paulo Carvalho. Masculinidade e ciúme na perspectiva da teoria da sedução generalizada. **Psicologia em Estudo**, v. 17, n. 3, p. 445-452, 2012.

SANTOS, Anna Maria Corbi Caldas dos. Articular saúde mental e relações de gênero: dar voz aos sujeitos silenciados. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 4, p. 1177-1182, ago. 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232009000400023&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 18 mar. 2020. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232009000400023>.

SILVA, Sergio Gomes da. Masculinidade na história: uma construção cultural da diferença entre os sexos. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 20, n. 3, p. 8-15, setembro de 2000. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932000000300003&lng=en&nrm=iso>. acesso em 11 de janeiro de 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932000000300003>.

SILVA, José Remon Tavares da. Masculinidade e violência: formação da identidade masculina e compreensão da violência praticada pelo homem. **Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife-PE. Perspectivas Feministas de Gênero: Desafios no Campo da Militância e das Práticas. 18º REDOR**, 2014.

SILVA, Sergio Gomes da. A crise da masculinidade: uma crítica à identidade de gênero e à literatura masculinista. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 26, n. 1, p. 118-131, mar. 2006. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932006000100011&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 13 jan. 2020.

SOUZA, Marcio Ferreira de. (2009). As análises de gênero e a formação do campo de estudos sobre a(s) masculinidade(s). *Mediações : Revista de Ciências Sociais*. 14. 10.5433/2176-6665.2009v14n2p123.

SILVA, J. C. da; ARAÚJO, A. D. de. A metodologia de pesquisa em análise do discurso. *Grau Zero: revista crítica cultura*, v. 5, n. 1, 2017. Disponível em

<<https://www.revistas.uneb.br/index.php/grauZERO/article/view/3492/2240>>: Acesso em: 22 de Abr de 2020

GONÇALVES, J. F. G. Foucault, a descontinuidade histórica e a crítica da origem. **Revista Aulas**, v. 1, n. 3, 19 mar. 2015.

ROTHER, Edna Terezinha. Revisão sistemática X revisão narrativa. **Acta paul. enferm.**, São Paulo, v. 20, n. 2, pág. v-vi, junho de 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21002007000200001&lng=en&nrm=iso>. acesso em 08 de novembro de 2020. <https://doi.org/10.1590/S0103-21002007000200001>.

TIBURI, Márcia. Feminismo em comum para todas, todes e todos/Marcia Tiburi. – 11ª ed. – Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019. 126 p: il.; 18 cm.

ZANELLO, Valeska; FIUZA, Gabriela; COSTA, Humberto Soares. Saúde mental e gênero: facetas gendradas do sofrimento psíquico. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 27, n. 3, p. 238-246, 2015.